

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

HELIZENE LESSA ANDRADE

O DESENBANCO E A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO
DO GOVERNO BAIANO - 1980/1988

SALVADOR - BAHIA

M
332.153

ASSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

HELIZENE LESSA ANDRADE

**O DESENBANCO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
DO GOVERNO BAIANO - 1980/1988**

Monografia apresentada como
pré-requisito para a obtenção
do Grau de Bacharel em
Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia.
Orientador: Prof. Luís Alberto
Bastos Petitinga.

AO VERBO,

Porque Nele

Vivemos,

nos Movemos e

Existimos

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho seria inteiramente impossível, não fosse, em primeiro lugar, a ajuda de DEUS e em segundo o apoio e o carinho da minha família, em especial de meus pais e minhas irmãs que estiveram me apoiando ao longo desta caminhada.

O meu desejo seria citar o nome de todos que contribuíram de uma forma ou de outra para realizações na minha vida acadêmica: os amigos, professores e colegas, mas não o faço para não incorrer no risco de esquecer alguém; no entanto, não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos ao Prof. Milton Santos Filho, que me orientou inicialmente; à Cylene dos Santos Leite, mestranda em Economia; à Joana Barbosa Guedes e Rita funcionárias das Bibliotecas da Faculdade de Economia e da do DESENBANCO, respectivamente, pela padronização e fornecimento de materiais; ao economista Marcus Antônio V. Leal Mascarenhas, meu chefe, pela compreensão e tolerância na compatibilidade do tempo; e, finalmente, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Luís Alberto Bastos Petitinga, meu orientador, sem o qual esta Monografia não teria sido concluída.

HELIZENE L. ANDRADE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. INTRODUÇÃO	09
2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	13
2.1. A Intermediação Financeira	13
2.2. Os Bancos de Desenvolvimento	17
3. O DESENBANCO	
3.1. Constituição e Trajetória	30
3.2. Composição dos Recursos	36
3.3. Estrutura das Aplicações	43
3.4. Comportamento das Contratações	48
4. PROGRAMAS DE GOVERNO E PRIORIDADES OPERACIONAIS DO DESENBANCO	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICE	68

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido durante o 2º semestre de 1992 na disciplina Monografia II do Departamento de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, coordenado pelo Prof. Lielson Coelho e sob a orientação do Prof. Luiz Alberto Bastos Petitinga.

Nasce como uma tentativa de unir conhecimento teórico adquirido durante o curso de graduação em Economia e o aprendizado extra-classe conseguido através de experiência prática.

Tem como objetivo tentar avaliar a ação do DESENBANCO durante os anos de 1980 a 1988, verificando se este tem desempenhado o papel para o qual foi criado, observando o tipo de contribuição que o mesmo dispensou à Bahia neste período.

Nascido da necessidade de se ter no Estado uma instituição financeira que orientasse suas aplicações seguindo estratégias de longo prazo e contando com uma estrutura de planejamento destinada a uma permanente avaliação da economia baiana, esta instituição assumiu papel relevante na política governamental do Estado.

A monografia compõe-se de cinco capítulos: a introdução que fará um apanhado geral sobre o trabalho, apresentando um aparato teórico e metodológico com as bases adotadas para as análises que serão feitas.

O segundo trata dos bancos de desenvolvimento no Brasil e está dividido em dois itens, um sobre intermediação financeira, fornecendo subsídio para se compreender a criação dos bancos de desenvolvimento, e um outro sobre os bancos de desenvolvimento, explicitando as normas que os regulamentam, seus objetivos e características comuns.

O terceiro falará sobre o DESENBANCO em particular, discorrendo sobre a sua constituição e trajetória, sua composição de recursos e sobre o comportamento de suas operações.

O quarto capítulo irá discorrer sobre os programas de governo existentes neste período: o do Governador Antônio Carlos Magalhães, datado de março de 1979; o do Governo João Durval publicado em março de 1983; e finalmente o Plano Estratégico de Ação do governador Waldir Pires de março de 1988. Serão observadas as diretrizes e metas dos programas de ação governamental para cada setor, em cada gestão, fazendo uma comparação entre estes e as prioridades do DESENBANCO, durante o período de 1980 a 1988.

Por fim traçaremos algumas considerações a respeito do que foi pesquisado, como tentativa de acrescentar, ou de qualquer forma, contribuir para a compreensão sobre o comportamento dos bancos de desenvolvimento, especialmente o DESENBANCÓ.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a investigar o comportamento do DESENBANCO enquanto instituição promotora do desenvolvimento do Estado da Bahia, avaliando o grau de autonomia de suas políticas operacionais, apesar da grande importância dos repasses na composição de suas fontes de recursos, durante os anos de 1980 a 1988.

No ano de 1976 o Banco publicou o seu primeiro Plano de Ação para o período de 1977/80, que indicava as oportunidades de investimento na Bahia e a necessidade de recursos para a sua viabilização e definia, para si, os objetivos e metas a serem percebidos a médio e longo prazos. Este Plano e a quantificação das metas promoveram grandes alterações na capacidade operacional do Banco, pois seu capital social foi aumentado com a participação significativa de recursos do Governo do Estado, elevando a capacidade de aplicação de recursos próprios e aumentando também, o limite de seu endividamento.

Daí, o ano de 1980 foi escolhido como marco inicial, por ser ele o ano de maior saldo acumulado de ICM (importante instrumento na alavancagem financeira do DESENBANCO), que representou, neste ano, mais que o dobro do valor do patrimônio líquido do Banco.

Para se entender a atuação do DESENBANCO será estudada a estrutura da origem dos recursos e suas aplicações, visto a existência de forte ligação entre as mesmas. Será observado, durante o período, o montante de recursos próprios ou de controle estadual disponíveis e sua aplicação, já que estes são indicadores do respaldo que o Banco tem para elaborar uma política de aplicações independente, das fontes federais de repasses.

Os repasses, estão geralmente atrelados às contratações destinadas a infra-estrutura e a grandes e médios empreendimentos, enquanto os recursos próprios e de controle estadual, em geral, são orientados para as aplicações em pequenos empreendimentos, assim como de menor prazo e maior rentabilidade, com taxas de juros mais próximas do mercado.

A estrutura da origem dos recursos será mostrada por dois ângulos: numa série estatística das mais importantes fontes de recursos do Banco, classificadas como operações passivas (onde destacam-se os depósitos de ICM e os repasses provenientes de instituições nacionais e internacionais) e numa série histórica de suas operações ativas (suas aplicações) por fontes, quais sejam: os recursos próprios, os depósitos de ICM, os convênios (pequena proporção), os fundos financeiros e de desenvolvimento, os repasses, os

recursos externos, as participações societárias e as garantias (fianças e avais).

Será feita, também, uma avaliação da alocação anual dos créditos, no período escolhido entre os setores Rural/Agroindustrial, Mineral, Industrial e Serviços/Infra-estrutura.

Para tornar possível a comparação dos valores referentes às obrigações e às aplicações bem como das operações contratadas ao longo do período (1980 - 1988), utilizamos com deflator o IGP-DI, tomando como ano base 1985.

Durante este período, serão analisados os Planos Plurianuais de Governo existente, observando-se as diretrizes e metas dos programas de ação governamental para cada setor. Serão estudados os seguintes programas: o do Governo Antônio Carlos Magalhães, o do Governo João Durval Carneiro, e o Plano estratégico de Ação do Governo Waldir Pires. Em seguida será feito um quadro comparativo entre o que foi programado pelo Estado e o que foi efetivado com a participação do DESENBANCO, durante o período estudado.

Por fim faremos nossas considerações a respeito do que foi pesquisado, com o intuito de opinar a respeito da questão inicialmente levantada, que se refere a autonomia do

DESENBANCO para atuar como o Banco de Desenvolvimento da
Bahia.

2. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

2.1. A Intermediação Financeira

No capitalismo, com o crescimento econômico criam-se condições para a existência de intermediários financeiros, que atuam como instituições canalizadoras de poupanças para realização de investimentos. Isto se dá graças a predisposição que os agentes econômicos superavitários (com seus gastos menores que sua renda) tem de encaminhar suas disponibilidades de caixa aos agentes econômicos deficitários (com seus gastos maiores que suas rendas).

Então, " ... as despesas excedentes dos agentes econômicos deficitários podem ser financiadas pela poupança líquida positiva dos agentes econômicos superavitários. Os primeiros exercerão a demanda de recursos financeiros para cobertura de seus déficits orçamentários, enquanto os segundos exercerão a oferta de seus superávits ociosos."⁽¹⁾

Assim, os instrumentos financeiros são criados com a finalidade de mobilizar os excedentes gerados, canalizando-os para sua incorporação ao processo produtivo, ampliando a

(1) LÓPEZ, G., ROBBETTI, J. P. *Economía Monetária* (1991) p. 221-2

capacidade de geração de bens e serviços ou financiando a produção corrente. Desta forma, eles atuarão permitindo uma maior formação de capital e maior eficiência na alocação dos recursos.

Os intermediários financeiros são entidades que emprestam aos agentes carentes, a curto, médio e longo prazos, a uma certa taxa remunerativa, recursos tomados dos agentes com excedentes orçamentários, a uma taxa mais baixa. A diferença entre essas taxas corresponde à remuneração compensatória dos intermediários pelos serviços especializados prestados ao mercado (spread).

Existem quatro tipos de mercados: o mercado financeiro monetário onde se realizam operações de curto e curtíssimo prazos, para suprimento momentâneo de caixa dos agentes econômicos (pessoas físicas e jurídicas) e dos próprios intermediários financeiros; o mercado de crédito que atende às necessidades de curto e médio prazos, geralmente feita por intermediários financeiros bancários; o mercado de capitais que atende às necessidades de médio e longo prazos dos agentes produtivos; e o mercado cambial onde se realizam as operações de compra e venda de moedas que são feitas por instituições financeiras autorizadas, sejam elas bancárias ou não.

Os intermediários financeiros que operam com ativos monetários - papel moeda e depósitos à vista - são denominados bancários. E da mesma forma os que operam com ativos não monetários - diferentes tipos de títulos que sustentam as operações dos mercados de crédito e de capitais, são chamados não bancários.

Desta forma, o sistema financeiro opera com instituições e instrumentos financeiros com diferentes níveis de especialização e liquidez, que contam com uma escala diversa de ativos e obrigações diferenciadas, proporcionando aos agentes econômicos um maior número de alternativas. Os bancos comerciais, que são instituições financeiras monetárias, atuam basicamente com operações de curto e médio prazos, financiando capital de giro de empresas e às necessidades emergenciais das pessoas físicas.

Os bancos de investimento são instituições privadas, intermediárias de recursos destinados, essencialmente, a dar suporte à estrutura privada de produção. Quanto à destinação de recursos para empreendimentos controlados direta ou indiretamente pelos governos federal, estadual ou municipal, há um limite máximo de 8% do total das aplicações. Esses bancos canalizam recursos de médio e longo prazos para capital fixo e de giro das empresas e fortalecem o processo de emissão e colocação de ações e debêntures, objetivando aumentar o capital social das empresas, ampliar a capacidade

produtiva da economia e incentivar a melhoria da produtividade.

Por sua vez, os bancos de desenvolvimento são agências governamentais de crédito, criados para financiar a formação bruta de capital, operando com prazos dilatados e são especializados na prestação de assistência financeira e técnica aos setores produtivos, visando o desenvolvimento econômico e social. Sobre estes, trataremos de forma mais completa no próximo item.

Normalmente se faz confusão entre os bancos de investimento e os de desenvolvimento, principalmente no que se refere à operacionalização. Segundo TEIXEIRA ⁽⁸⁾ " a diferença básica entre essas instituições diz respeito à propriedade do capital, fato que, inclusive, deve condicionar a própria filosofia de atuação. Quer dizer: os bancos de investimento, por serem de iniciativa privada, teriam como objetivo central a maximização do lucro financeiro, enquanto os bancos de desenvolvimento, deveriam buscar, em primeiro lugar, a rentabilidade social dos investimentos por eles apoiados ".

Mas, além da propriedade do capital, existem outras diferenciações relevantes, tais como: a utilização pelos

(8) TEIXEIRA, N. O. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. (1979).

bancos de desenvolvimento (BDs) de fundos de origem fiscal, que lhes permitem operar com juros diferenciados e em linhas de crédito com operações seletivas; bem como a restrição a atuação destes, apenas nos Estado onde tenham sede, (há excepcionalidades autorizadas pelo BACEN).

2.2. Os Bancos de Desenvolvimento

No Brasil, nos fins da década de 60, houve crescimento das instituições não-bancárias. Durante os anos de 70 o sistema financeiro brasileiro ampliou-se e consolidou-se. Hoje, o processo de intermediação financeira apresenta-se complexo e diversificado.

Esta diversificação se deu em resposta à forte tendência ao contínuo desequilíbrio regional que forçou a criação e institucionalização de organismos preparados para enfrentar esta situação. Faremos uma breve explanação sobre a economia brasileira e os fatores que condicionaram o surgimento das agências financeiras de fomento.

O crescimento da indústria brasileira aconteceu de forma desigual e com acentuado desequilíbrio regional. A concentração das indústrias em determinadas regiões atraiu

para as mesmas os financiamentos e os capitais de risco intermediados pelo mercado financeiro. Daí, as regiões mais atrasadas começaram a requerer para si financiamentos para promoção de seu processo de industrialização.

Para contornar tal situação, em 1952, cria-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que passou em 1982 a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente, a ênfase desta instituição central, fornecedora de recursos a longo prazo, esteve voltada para projetos de infra-estrutura, atualmente o BNDES se constitui na principal instituição financeira de fomento do País e uma das maiores do mundo.

Ainda na década de 50 foram criados dois bancos regionais de fomento, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), e o Banco da Amazônia (BASA). E no início da década de 60 foi criado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), - todos com prazos ampliados de financiamento.

Com a reforma bancária de 1964, as autoridades regulamentaram o Sistema Financeiro Nacional. Em 1965, com a finalidade de canalizar recursos de médio e longo prazos, foram criados, pela Lei 4.728/65, os bancos de investimento, para suprir recursos para capital fixo e de giro de empresas. Esses porém, da mesma forma como os bancos

comerciais, também se proliferaram nas regiões ou estados mais desenvolvidos.

Dessa forma, "As pressões sociais acentuavam-se no sentido do setor público criar estruturas estaduais que, ao lado das regionais já em operação, se mostrassem capazes de resolver ou atenuar os problemas de financiamento ao nível dos Estados da Federação...valendo-se de agentes intermediários regionais, mas também vinculados ao poder de decisão mais "flexível" em termos de orçamento, vale dizer, de agentes intermediários subordinados aos governos estaduais." (2)

E, em 26 de junho de 1968, o Banco Central do Brasil (BACEN), cumprindo deliberação do Conselho Monetário Nacional, resolve regular a constituição e o funcionamento dos bancos estaduais e interestaduais de desenvolvimento através da Resolução nº 93, que teve a redação alterada nos itens XXVII, XXX e XXXIII pela Resolução 119 de 27.06.69, e foi complementada pelas disposições da Circular 128 de 04.07.69.

Mas em 1º de novembro 1976 o BACEN, cumprindo deliberação do Conselho Monetário Nacional, publica a Resolução 394, que define a competência e disciplina a constituição e o funcionamento dos bancos de desenvolvimento, acompanhada, em

(2) TEIXEIRA, N. G. op. cit. p. 22-23

seguida, das instruções complementares necessárias à execução do disposto no regulamento, revogando as resoluções nºs 93 de 26.06.68 e 119 de 16.07.69, bem como a Circular 128 de 16.07.69.

Do regulamento da Resolução 394 (4), que define a constituição e o funcionamento dos bancos de desenvolvimento, destacamos alguns pontos:

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado da Federação que detiver seu controle acionário. Devem adotar obrigatória e privativamente em sua denominação a expressão "Banco de Desenvolvimento" seguida do nome do Estado em que tenha sede. Eles integram o Sistema Financeiro Nacional e são regidos pelas regulamentações baixadas pelo Banco Central com base em deliberações do Conselho Monetário Nacional, e em suas atribuições legais.

Os bancos estaduais de desenvolvimento surgem como instituições financeiras que atuam sob o controle dos governos estaduais nas áreas geográficas dos Estados onde estão localizados. Porém, com a autorização do BACEN, eles poderão atuar fora de sua área, desde que estabeleça um

(4) BANCO CENTRAL DO BRASIL. Documentos Normativos, (1977)

consórcio com o Banco do Estado onde se localiza o empreendimento a ser financiado.

Seus objetivos são proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos Estados da Federação onde tenham sede, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o setor privado.

Para esse fim os bancos de desenvolvimento podem apoiar iniciativas que visem ampliar a capacidade produtiva da economia, via implantação, ampliação e/ou realocação de empreendimentos, incentivar a melhoria da produtividade, assegurar melhor ordenação aos setores da economia regional e saneamento de empresas, e incrementar a produção rural.

Quanto às operações, os bancos de desenvolvimento devem efetuar adequada análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento a ser beneficiado, como medida preliminar à concessão de apoio financeiro. As operações ativas e passivas dos bancos de desenvolvimento podem ser realizadas com cláusula de correção monetária ou cambial, na forma da regulamentação pertinente. Só serão apoiados os programas ou projetos reconhecidamente prioritários sob o ponto vista regional ou setorial, integrantes de seus planos e orçamentos anuais.

Os bancos de desenvolvimento só podem dar apoio financeiro a pessoas físicas residentes e domiciliadas no país; a pessoas jurídicas de direito privado sediadas no País, cuja maioria do capital social com direito a voto pertença direta ou indiretamente a pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil; e a pessoas jurídicas de direito público ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas.

Podem praticar as seguintes modalidades de operações ativas: empréstimos e financiamentos, prestação de garantias, investimentos, arrendamento mercantil e outras modalidades, mediante prévia autorização do Banco Central. As garantias permitidas são referentes a empréstimo em moeda nacional ou estrangeira, licitações, instância em processos fiscais, coobrigação na emissão de debêntures (operações de under-writing) e as garantias de subscrição.

Quanto às operações passivas, podem operar com recursos de terceiros, provenientes de depósitos a prazo fixo; operações de crédito (empréstimos e financiamentos internos e externos - Resolução 63), contribuições do setor público federal, estadual ou municipal; emissão ou endosso de cédulas hipotecárias; e outras modalidades, desde que autorizadas pelo Banco Central.

As obrigações dos bancos de desenvolvimento perante terceiros não podem ultrapassar 15 (quinze) vezes o montante do capital realizado e reservas. E no seu cálculo são considerados os seguintes critérios: operações passivas em moeda nacional ou estrangeira, e garantias concedidas em operações de qualquer natureza.

Atualmente os bancos de desenvolvimento podem operar com as seguintes operações ativas: empréstimo para financiamento de capital fixo e de giro; empréstimos para elaboração de projetos industriais e rurais; participação mediante subscrição de ações e debêntures conversíveis em ações, no capital social de outras empresas; prestação de garantias em empréstimos feitos no País e no exterior; repasses de empréstimos contraídos no País e no exterior; e participação em consórcio de instituições financeiras que operem no mercado a médio e longo prazo para projetos específicos.

E com as seguintes operações passivas: depósitos com ou sem correção monetária, de prazo fixo não inferior a 12 meses, sendo proibida a sua movimentação; repasses obtidos no País; empréstimos contraídos no exterior ou no País (com ou sem cláusula de correção monetária; créditos ou contribuições do setor público com aplicações específicas (fundos financeiros por exemplo); e colocação no mercado de valores mobiliários próprios

Existem dois tipos de banco de desenvolvimento estadual, os considerados "puros" que se especializam em operação de médio e longo prazos, que não captam depósitos à vista, e os bancos denominados "mistos", que são bancos comerciais com carteira de desenvolvimento. Este último, só pode haver no Estado onde não exista o primeiro. Em 1976 havia no Brasil, 12 bancos "puros" e 11 "mistos". Hoje existem 6 bancos de desenvolvimento "puro" (Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás) e 20 bancos múltiplos.

Esta redução no número dos bancos de desenvolvimento, no Brasil, não se deu em virtude da diminuição da necessidade de se ter nos Estados um banco especializado em avaliar as conveniências e carências de cada projeto em cada região, mas, da dificuldade que os BDs estavam encontrando para mobilizar recursos de médio e longo prazos.

No início, os governos estaduais capitalizavam seus BDs com recursos fiscais, mas com a crescente centralização tributária realizada pelo governo federal, eles ficaram impossibilitados de ampliar os seus recursos próprios via capitalização pelo Estado, passando a buscar novas formas de captação.

Dentre estas novas formas, passaram a recorrer ao mercado por meio de emissões de CDBs e a utilizarem fontes externas

via Resolução 63. Tais fontes, entretanto, apesar de cobrirem as necessidades, ampliadas pela falta de recursos fiscais, trouxeram para os BDs novos problemas como a dificuldade em transformar recursos de curto, em longo prazo, passando a depender da evolução da conjuntura econômica nacional e internacional.

Tal dificuldade agravou-se de 1982 a 1985. Pois os BDs, passaram a atuar como instrumento de financiamento das necessidades de caixa dos Tesouros Estaduais, além de concentrar aplicações em projetos estaduais de infraestrutura (repasses do BNH/CEF, principalmente). Com a eleição direta para os governos estaduais em 1982, os bancos estaduais foram utilizados com fins político-eleitorais, com uma política liberal de empréstimos, via concessão excessiva de créditos favorecidos, às vezes, sem considerar os pareceres técnicos contrários.

Como consequência, em 1983, o índice de inadimplência elevou-se, acarretando problemas de liquidez e prejuízos para vários BDs, obrigando alguns deles a pagar mais caro pelo dinheiro captado e a ver sua rentabilidade reduzida ou acumular prejuízos.

E em 1985 e 1986, as dificuldades enfrentadas por essas instituições, não decorriam apenas de questões gerenciais, mas dos próprios governos estaduais que se tornaram

altamente inadimplentes. A conseqüente debilidade dos BDs levou o BACEN, nesta época, a intervir em 8 dessas instituições pois a inadimplência pública e privada inviabilizava os pequenos BDs.

Por outro lado, os BDs "quando se defrontam com problemas de inadimplência, antes de registrar contabilmente a não liquidação, procuram várias formas de recuperar a empresa prestando assistência técnica ao empresário, refinanciando a dívida, propondo fusão ou incorporação, etc., tendo assim custos adicionais de operação. Porém, tais iniciativas não aparecem nos demonstrativos contábeis o que, desde logo condiciona que os créditos em liquidação sejam valores inferiores àqueles que, a rigor, deveriam medir essas situações." (3)

Com o quadro recessivo da década de 80 e a aceleração inflacionária, houve uma grande redução na participação das operações de repasses de agências federais, o que levou a maioria dos BDs a diminuir suas operações. Além do que, instituições federais como o BNDES e a FINEP começaram a fazer operações diretas com grandes empresas dos Estados, praticando, inclusive, taxas de juros diferenciadas.

A partir de tais fatos surgem questionamentos sobre o desempenho desses bancos e algumas sugestões são feitas com

(3) TEIXEIRA, N. B. op. cit.

vistas a solucionar esses problemas. Dentre essas propostas destacam-se a reformulação do sistema bancário baseado na criação do banco múltiplo.

Esta proposta surgiu da imposição do FMI e do Banco Mundial que, em troca, daria seu aval para a renegociação da dívida perante os credores internacionais, na tentativa de melhorar a rentabilidade do Sistema Financeiro. Esta reforma baseia-se em dois principais aspectos, quais sejam, possibilitar os bancos a se organizarem em torno de um caixa único visando o aumento dos lucros pela maximização das aplicações no curto prazo, e permitir uma maior participação de instituições financeiras internacionais na área bancária com vistas a uma maior competição que, segundo o BACEN, estimularia o desenvolvimento de novas atividades nos bancos nacionais, dentre elas a contratação de financiamentos de longo prazo.

Outra proposta muito discutida foi a de equiparação dos bancos de desenvolvimento estaduais aos bancos de investimento feita pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que objetivava basicamente uma maior autonomia operacional destes. Para tanto, o BDMG propunha uma maior aproximação possível entre as operações passivas e ativas desses bancos com os de investimento, sem contudo alterar alguns aspectos particulares dos BDs, tais como manter a análise interna de projetos antes de conceder o empréstimo e ratificar o limite das operações no Estado sede (com exceção

dos casos aprovados pelo BACEN) e a preservação do sistema de bancos especializados integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Em 1987, num Fórum de Debates sobre BDs, ocorrido no Rio de Janeiro, o então Presidente da Comissão da ordem Econômica da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. José Lins de Albuquerque em palestra declarou: "parece-me que instituições como o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e os próprios bancos de desenvolvimento estão a necessitar de uma nova redefinição de seus objetivos e de novas políticas, mais adequadas às necessidades do País, dos Estados e das Regiões." (Rumos do Desenvolvimento, Mar/Abr/1987)

Em entrevista a Revista Rumos do Desenvolvimento, em 1990, o Senador Ronan Tito disse a respeito dos bancos de desenvolvimento: " não é possível pensar em fazer investimentos de médio e longo prazos sem eles". E defendeu que " os BDs precisam ter tratamento totalmente diferenciado em relação aos demais bancos ". E, disse ainda, que os BDs precisam direcionar seus esforços para as regiões e seguimentos mais carentes de crédito especializado: o interior e a pequena e média empresa (Rumos do Desenvolvimento - Mar/Abr/1990)

E, mais recentemente, em 1992, o Ex-Presidente do BNDES, Eduardo Mediano, disse que " desde a crise da dívida de 1982

a economia brasileira tem experimentado um elevado grau de instabilidade, associado à redução do nível de atividade e, principalmente, do nível de investimento", declarou ainda que "no curto e no médio prazos, não se pode esperar que o mercado financeiro privado proporcione às empresas, no Brasil, base sólida como fonte de recursos para financiar o investimento. Ao contrário, observa-se cada vez mais a redução do crédito para o setor produtivo nas operações do sistema financeiro." (Rumos do Desenvolvimento - Set/Out/1992)

3. O DESENBANCO

3.1. Constituição e Trajetória

Na década de 50 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é a principal instituição financeira de fomento do País. A partir da década de 60 operavam juntamente com ele 13 bancos de desenvolvimento estadual, que integrados ao Sistema BNDES, intermediam recursos de médio e longos prazos destinados ao desenvolvimento econômico em suas áreas geográficas de atuação, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o Setor Privado.

Eles atuam como intermediários financeiros, aplicando recursos financeiros, próprios ou de terceiros, ou prestando garantias de crédito. As operações são precedidas de avaliação do projeto ou programa, que deve apresentar viabilidade econômico-financeira.

Paralelamente ao funcionamento do FUNDAGRO - Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial, criado em 1956, para dar apoio ao setor de abastecimento, o poder público baiano passou a criar mecanismos para intervir no processo de industrialização com ênfase em setores essenciais.

Estes fatos forçaram o setor público baiano, a partir de meados de 1966, a implementar mudanças administrativas que possibilitassem a implantação de uma política de desenvolvimento econômico e social para o Estado.

Tais mudanças se traduziriam na formação de uma equipe que fosse tecnicamente capaz de analisar e selecionar projetos que se enquadrassem às diretrizes da política governamental em harmonia com a realidade econômica da região. Daí, em setembro de 1966, foi fundado o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia - BANDEB, para suceder o FUNDAGRO.

Ele foi constituído, aproximadamente, dois anos antes de o Banco Central do Brasil baixar a regulamentação que institucionalizava os bancos estaduais e regionais de desenvolvimento, apresentando-se como a segunda instituição de fomento creditício estadual do país.

Esta transformação do FUNDAGRO no Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, colocou-o numa situação de instituição com uma estrutura de planejamento envolvendo todos os setores da economia baiana. Não só financiando empreendimentos, mas possibilitando o seu surgimento e expansão.

Além da reforma administrativa do Estado da Bahia e a dinamização do processo de desenvolvimento econômico através

da colaboração do Estado com a iniciativa privada, alguns outros fatores influenciaram a implantação do BANDEB. Podemos destacar a modernização do sistema financeiro nacional que, dentre outras metas, buscava a diversificação dos instrumentos financeiros já existentes, ampliando suas funções financeiras.

O BANDEB absorveu o patrimônio administrado pelo FUNDABRO, representado por ações e títulos de crédito de 11 empresas, além de parte de seu quadro de pessoal técnico e administrativo, e algumas linhas de crédito.

Em 1970, substituiu-se a antiga sigla BANDEB pela atual, DESENBANCO, para dar início a uma campanha de esclarecimento público na tentativa de atrair os pequenos empresários e oferecer-lhes as diferentes modalidades de estímulo.

Inicialmente o DESENBANCO se preocupou com a infra-estrutura do Estado, participando da consolidação do Centro Industrial de Aratu - CIA (que teve sua administração vinculada à do banco, por certo período) e do Polo Petroquímico de Camaçari, e apoiando o programa de Distritos Industriais no interior, tais como: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Ilhéus/Itabuna e Alagoinhas. Teve participação, também, no financiamento do sistema Ferry-boat e na construção do Porto de Aratu.

Até a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC), iniciada em 1971, o apoio financeiro do DESENBANCO esteve centrada nas atividades industriais de produção de alimentos e metalurgia. Com a política de redução do ICM, para produtos industrializados que não tivessem similar no Estado, foi possível diversificar suas aplicações, ampliando o apoio às pequenas e médias empresas e criando linhas de crédito para os microempresários.

O mecanismo de incentivos fiscais de ICM foi um importante instrumento na alavancagem financeira do DESENBANCO. Nos primeiros anos da década de 70, os depósitos já eram relevantes, graças ao início do funcionamento da maioria das empresas do Centro Industrial de Aratu (CIA), embora só a partir de 1978, com a entrada em operação de diversas unidades industriais do COPEC, esse mecanismo passasse a representar para o Banco, sua maior fonte de recursos. No ano de 1980 o saldo de depósitos de ICM atingiu mais que o dobro do patrimônio líquido do Banco.

O ano de 1975 assinalou o início de nova fase para o banco, pois ele resolveu elaborar um Programa Básico de Ação, indicando as oportunidades de investimento na Bahia e a necessidade de recursos para sua viabilização. O DESENBANCO definiu para si os objetivos e metas que seriam atendidos a médio e longo prazos.

E, em 1976, o banco publicou o seu Primeiro Plano de Ação para o período de 1977/80. Esse plano e a quantificação das metas promoveram grandes alterações na capacidade operacional do Banco, pois seu capital social foi acrescido com uma maior participação de recursos próprios, aumentando também o limite de seu endividamento.

Na década de 80, o banco criou subsidiárias formando o Sistema DESENBANCO. Faziam parte desse sistema: a PROPAR - Promoções e Participações da Bahia S.A.; a EBAL - Empresa Baiana de Alimentos S.A., coligada a PROPAR, criada para administrar o Programa Cesta do Povo; o FRISUBA - Frigorífico Sudoeste Baiano S.A., reativado para abate e industrialização de bovinos no Estado; a ALIMENTA - Cia. Baiana de Produtos Agrícolas, criada para produzir, beneficiar, transportar e comercializar produtos agrícolas; a USINA ALIANÇA S.A. Lavoura e Indústrias Reunidas, adquirida pelo sistema juntamente com o Grupo Econômico e a Associação dos Fornecedores de Cana; a SEMENTES FORMOSO S.A., integrada à CODEVASF para gerar a autosuficiência da Bahia em sementes; e a BAHIA PESCA, fundada para produzir camarão em cativeiro.

Porém, já em 1982, o DESENBANCO passa a acumular uma participação excessiva no financiamento de Pedra do Cavalo. Esta elevada concentração de recursos em um só projeto de iniciativa do setor público, acarretou graves consequências

ao Banco, com o crescimento da inadimplência do Governo do Estado e a redução da disponibilidade de novos recursos para atender ao setor produtivo.

A longa e progressiva inadimplência do setor público, sustentada a taxas inferiores às praticadas pelo mercado, trouxe reflexos negativos ao fluxo de caixa do Banco, reduziu sua capacidade de auto-capitalização, e ainda, diminuiu sua capacidade de promover novas operações, inclusive de apoio ao setor privado. Além de incapacitar o Banco de honrar as fianças concedidas à DIESENUALE (Pedra do Cavalo).

Esta situação de inadimplência do setor público privou a instituição de uma maior capitalização, levando a distanciar-se dos seus objetivos iniciais, passando a ter dificuldades em desempenhar o papel para o qual foi instituído.

A partir de 1987, aliado ao disposto da Resolução 1.469 que impedia a expansão das operações com o setor público, o Banco começou a modificar o perfil de suas aplicações, priorizando a destinação de recursos ao setor privado.

3.2. Composição dos Recursos

As Fontes dos Recursos que lastrearam as operações ativas do DESENBANCO nos anos de 1980 a 1988 foram os recursos próprios, os depósitos de IDB (à ordem do Conselho de Desenvolvimento Industrial de Estado - CDI), os Convênios (pequena proporção), os Repasses, os Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, as garantias (fianças e avais), e o patrimônio líquido.

A Tabela I mostra as taxas de operações passivas referentes às principais fontes de recursos do Banco no período de 1980 a 1988. Desta forma, deixamos de apresentar os valores referentes ao: patrimônio líquido (que representa em média 1/15 do total), os Fundos financeiros, os depósitos à prazo e CDB.

TABELA I

TAXAS DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES PASSIVAS POR FONTES
SALDO DAS OBRIGAÇÕES
(1980 - 1988)

Em Cr\$ Milhões Reais

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986*	1987	1988
IDB-Incent. Fiscais	27.6	24.4	23.2	5.5	1.6	1.5	2.5	2.4	0.1
Repasses	72.4	75.6	76.8	94.5	98.4	99.5	97.5	97.6	99.9
BACEH	1.6	1.0	1.1	0.8	0.3	0.1	0.0	1.7	3.4
BANDES	18.4	12.9	10.4	9.7	0.2	6.2	4.7	7.0	6.9
BHH	36.8	46.5	45.2	60.6	65.1	0.0	**	**	0.0
CEF	0.2	0.6	0.0	0.0	0.0	64.0	67.8	67.7	69.1
FINAME	14.4	13.3	15.8	15.2	16.1	18.4	19.0	17.3	17.6
FINEP	0.2	0.2	0.3	0.5	0.5	0.0	0.6	0.3	0.4
ESTD/PROFAN	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
BCCC/PROFESCA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
GNP. EXTERNOS	0.0	1.4	3.6	7.4	7.7	0.0	5.0	3.3	2.5
BANYSUDENE	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ENBRATUR/FUNGETUR	0.7	0.4	0.3	0.3	0.3	0.3	0.2	0.1	0.1
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: DESENBANCO

As linhas de recursos próprios que o Banco opera são oriundas de depósitos à prazo fixo, conseguidos através do lançamento no mercado de Certificado de Depósito Bancário (CDB), de Recibo de Depósito Bancário (a partir do ano de 1981) e do resultado de seus lucros acumulados. Estes recursos proporcionam maior retorno por apresentar taxas de juros mais próximas das de mercado.

No período de nossa análise, os recursos provenientes da isenção de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) eram depositados, obrigatoriamente, no DESENBANCO pelas empresas beneficiadas. Esses benefícios eram concedidos às indústrias novas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, que era vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Tal redução podia representar até 60% do ICM devido, e tinha o prazo de vigência estabelecido em 5 anos.

Após a aprovação pelo CDI do pedido do incentivo, a Secretaria Executiva autorizava o DESENBANCO a receber os recursos que correspondentes ao valor da redução do tributo, que era depositado em conta vinculada em nome da empresa. Durante o primeiro ano o Banco utilizava estes recursos para financiar capital de giro das empresas depositantes e em outras aplicações. E, após este período, caso a empresa estivesse com seus compromissos com o Estado em dia, ela

poderia movimentar os recursos de incentivos, desde que o pedido de liberação fosse aprovado pelo próprio CDI.

O DESENBANCO tinha direito garantido pela Lei 2.990/71 de utilizar na subscrição de ações do seu capital social 10% dos recursos a serem liberados para investimentos da empresa depositante. Até 1982 a maior parte dos lucros do Banco vinham através de recursos de ICM, que se transformaram em aporte de capital próprio após aprovação pela Assembléia Legislativa.

Apesar de ser recursos originados de terceiros, eles eram utilizados pelo Banco como próprios, sem ter sequer gastos com sua captação. Então, esta redução, sem perder seu caráter de incentivo empresarial, passa a ser um instrumento de promoção do desenvolvimento da indústria, no momento em que a empresa depositante utiliza este recurso em projeto de implantação, ampliação ou de melhoria tecnológica.

Nos anos de 1978 a 1982, este incentivo foi de suma importância para o Banco, apresentando-se como o melhor instrumento de estímulo utilizado para a expansão das operações ativas do DESENBANCO.

Mas, a partir de 1983, os saldos acumulados de depósitos de ICM sofreram uma brusca redução em decorrência de mudanças ocorridas na legislação referente aos incentivos fiscais

que, através do Decreto 27.884 de março de 1981, estabelecia o conceito de indústria nova como sendo apenas, as indústrias que fabricassem um produto sem similar no Estado da Bahia, e através do Decreto 29.018 de junho de 1982 que reduzia os percentuais do imposto a ser recolhido. A lei nº 4.127/83 determinou que dos valores de ICM depositados no DESENBANCO, parte - a referente à correção monetária - seria transferida para o Tesouro estadual para aplicação em projetos de desenvolvimento.

Os repasses são recursos de terceiros obtidos no País e no exterior. Os obtidos no País tem como fonte as agências federais de financiamento (Sistema BNDES, FINEP, CEF, Secretaria do Tesouro Nacional, etc...). Então, o Banco recebe os recursos e repassa-os para serem aplicados em programas específicos, agindo apenas como intermediário. E os recursos externos são provenientes de bancos privados internacionais, chegando com a intermediação do BACEN via Resolução 63.

Estes recursos são destinados aos setores privado e público, com a finalidade de financiar inversões fixas (máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, instalações, despesas com implantação; e projeto) e capital de giro, beneficiando: pequenas e médias empresas de turismo, empresas de prestação de serviços, empresas de

reflorestamento, prefeituras e/ou empresas públicas municipais.

As principais entidades repassadoras de recursos, nos anos de 1980 a 1988, foram: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; a Caixa Econômica Federal - CEF (que incorporou o BNH em 1985) e a Financiadora de Máquinas e Equipamentos - FINAME. Além destas, outras entidades também repassavam pequenas somas de recursos, como: o Banco Central - BACEN; o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE; O Banco Nacional de Crédito Cooperativo - o BNCC, em extinção; a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR; a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; dentre outras.

Os recursos do BNDES são destinados, prioritariamente ao setor privado, voltados ao financiamento de investimento fixos, mistos e capital de giro de pequenas, médias e grandes empresas nacionais para implantação, ampliação e/ou modernização tecnológica de unidades produtivas, saneamento e fortalecimento financeiro.

A CEF, que assumiu as funções do BNH no fim do ano de 1985, tem seus recursos alocados para o incentivo ao desenvolvimento urbano, basicamente o setor habitacional e o de infra-estrutura. Estes recursos são destinados, predominantemente, ao setor público, integrados à política

do governo federal. Seus principais tomadores são as prefeituras municipais, governos estaduais, cooperativas habitacionais, empresas do governo estadual. O DESENBANCO contratou na CEF (BNH) um grande volume de crédito para infra-estrutura de conjuntos habitacionais e para Pedra do Cavalo.

A FINAME, que é subsidiária do BNDES, financia a produção e a aquisição de máquinas e equipamentos com a finalidade de promover a produção nacional. Seus recursos são, em sua maioria, destinados ao setor privado. Os principais beneficiários desses recursos são os produtores de bens de capital.

Os Fundos Financeiros e de Desenvolvimento são recursos repassados pelo Governo do Estado ao DESENBANCO, a custo zero para serem aplicados em programas especiais, que propiciem o atendimento a setores prioritários. Portanto, sua aplicação está bastante vinculada às prioridades governamentais.

Os principais beneficiários destes recursos tem sido as empresas de mineração e lapidação, microempresas, pequenas e média empresas agroindustriais (inclusive cooperativas de produtores rurais). Os Fundos que mais se destacaram foram o FUNDESE (Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico) e o

Fundo de Mineração. Dos recursos do FUNDESE, 10% eram destinados ao aumento do capital social do Banco.

Também fazem parte do saldo das aplicações as garantias (fianças e avais) e a participação societária. O DESENBANCO tem como principal empresa acionária a PROPAR - Promoções e Participações da Bahia S/A que começou a operar efetivamente em 1978, e em 1981 a PROPAR passou a assumir a posição de empresa "holding", controladora de todas as participações acionárias.

A PROPAR, em processo de liquidação, vinculada atualmente à Secretaria da Indústria e Comércio, foi criada para dar apoio à industrialização do Estado da Bahia, através do aporte de capital de risco, sempre em caráter minoritário e transitório. A participação da PROPAR limita-se ao máximo de 49% do capital social, sempre em ações preferenciais, sem direito a voto. Estes recursos podiam ser utilizados para a expansão da capacidade instalada ou para a diversificação da linha de produção e para a realocação ou implantação de novos projetos.

3.3. Estrutura das Aplicações

No ano de 1980, período inicial de nossa investigação, os repasses detiveram uma participação de 65,7% enquanto os recursos próprios 14,2%, os incentivos fiscais - importante fonte de recursos do Banco - 9,8% (sua maior participação nos anos de 1980 a 1988, decorrente basicamente das contribuições de diversas empresas do COPEC) e as garantias representaram 9,3%, ficando o 1% restante a cargo dos fundos financeiros e as participações societárias. As instituições financeiras que mais repassaram recursos neste ano para o DESENBANCO foram, em primeiro lugar o BNH, seguido do BNDES e da FINAME.

Em 1981, os repasses continuaram a ter a maior participação no saldo das operações ativas do Banco, embora tenha caído 0,3%, juntamente com os incentivos fiscais que tiveram uma queda de 0,7% com relação ao ano de 1980. Contudo, o volume de recursos próprios obteve uma elevação de 1,5% com relação ao ano anterior. Como o ano de 1980, as instituições que mais repassaram recursos para o DESENBANCO foram o BNH (num valor real de 1.899.127 bilhões contra 1.323.678 bilhões reais do ano de 1980), a FINAME e BNDES que tiveram seus valores reais reduzidos em relação ao ano anterior.

TABELA 11

TAXAS DAS OPERAÇÕES ATIVAS POR FONTES DE RECURSOS
SALDO DE APLICAÇÕES
(1980 - 1988)

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Recursos Próprios	14.1	17.1	15.6	8.2	6.3	7.1	6.3	3.6	2.8
ICM-Incent. Fiscais	9.7	9.0	5.5	0.9	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1
Convenios	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundos Financeiros	0.7	0.5	0.4	1.3	0.6	0.4	0.3	0.1	0.1
Repasses	65.2	65.0	58.0	52.8	60.1	68.7	75.0	78.2	74.9
BACEN	1.3	0.8	0.8	0.5	0.2	0.1	0.0	1.6	2.4
BNDDES	18.8	12.0	4.2	5.3	4.7	4.2	3.7	5.3	4.8
BNH	30.4	40.3	29.9	34.5	40.0	45.4	**	**	0.0
DEF	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	51.8	54.4	52.0
FINAME	13.9	11.0	10.4	8.6	9.9	13.4	15.3	14.5	13.7
FINEP	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	0.5	0.4	0.3	0.3
EBTU/PROPAV	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
BNCC/PROPESCA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
ENF. EXTERNOS	0.0	0.3	2.3	3.4	4.7	4.9	3.6	2.6	1.8
BNBASUDENE	0.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
BNBAPRONICRO	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
EMBRATUR/FUNGETUR	0.7	0.3	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.0	0.0
SUB-TOTAL	89.8	91.7	71.5	63.2	67.3	76.4	81.9	82.6	77.8
Garantias	9.2	6.7	27.5	36.1	31.9	23.0	17.5	17.0	24.9
Partic. Societaria	1.0	1.6	0.9	0.7	0.8	0.6	0.6	0.5	0.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

DESEMBANCO

A partir do ano de 1986 a moeda passou a ser o Cruzado Novo.

NCz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00

Os recursos de repasses continuaram crescendo em 1982, representando, neste ano, 3.745 bilhões de cruzeiros em termos reais, notadamente os recursos provenientes do BNH (2.238 milhões de cruzeiros reais), que representam 59,77% deste valor.

Após esse ano, o DESENBANCO passa a operar no mercado financeiro na busca de novas fontes de recursos, capitando depósitos a prazo através do lançamento no mercado de Certificado de Depósito Bancário - CDBs. Foram utilizados, também mecanismos como maior esforço e agilização na cobrança dos débitos vencidos, criação e novas linhas com recursos próprios visando atender à pequena e média empresa e redução da taxa de juros em algumas linhas de crédito operadas com recursos próprios nas operações ativas do Banco passa para 1.170 milhões de cruzeiros, neste ano. O valor dos recursos externos, embora pouco expressivos, obteve um incremento de 12 vezes em relação a 81. Houve, também, neste ano um incremento substancial das garantias oferecidas pelo Banco.

Segundo o Relatório de 1982 do DESENBANCO, "foi aprovada a concessão de fiança a um "pool" de bancos, liderados pelo BNB, para uma operação no valor de US\$ 100 milhões, equivalente a Cr\$ 24 bilhões em favor da DESENVALE, assegurando para 1983 o prosseguimento das obras do Complexo

Pedra do Cavalo, com prioridade para a construção de sua Adutora".

No ano de 1983, os recursos próprios do Banco disponíveis para empréstimos voltaram a cair, bem como, os recursos provenientes de incentivos fiscais (ICM), que neste ano, cai para 1% em relação ao total das operações ativas. Entretanto o montante das garantias (principalmente em favor do BNB) e dos repasses continuam crescendo. Conforme o Relatório de 1983 do Banco, "os recursos de repasses utilizados pelo Banco em 1983, para operações de financiamento, originam-se basicamente do BNH, FINAME e BNDES (90%). A liderança coube ao BNH com 64% do total, sendo esses recursos direcionados para programas habitacionais, de urbanização, saneamento e infra-estrutura básica".

O ano de 1984 registrou uma queda no volume de recursos disponíveis de quase todas as fontes, crescendo, apenas os recursos provenientes de Fundos Financeiros. Segundo o Relatório do DESENBANCO - ano de 1984 - "o setor público continua mantendo a maior participação nas aplicações do Banco, com Cr\$ 1,6 trilhões (84%), garantindo a implantação de projetos de interesse sócio-econômico prioritários; basicamente com recursos do BNH."

A partir desse ano, além da redução brusca dos recursos de ICM que caiu de 303,8 milhões de cruzeiros em 1983 para 64,6

milhões de cruzeiros em 1984, em termos reais, a Desenvale começa a atrasar seus pagamentos, comprometendo o DESENBANCO, que lhe concedeu garantias (fianças) no biênio 82/83. Esse atraso se deu em virtude da crise financeira do Estado. Isto obrigou o DESENBANCO a destinar parcelas do seu patrimônio líquido para bancar tal dívida.

Em 1985 o valor inicial da dívida do DESENBANCO, com relação as avais referentes a operações contratadas junto ao BNB, concedidos à Desenvale, são transferidos para a União. Os recursos próprios tiveram um pequeno aumento passando para 7,1 pontos percentuais.

O ano de 1986 foi marcado por um grande incremento no percentual de repasses, que passou de 68,7% em 1985 para 75% em 1986. A CEF continuou sendo a maior fonte de recursos do Banco.

Em 1987 Segundo o Relatório de 1987, "os recursos aplicados do DESENBANCO, em 1987, foram provenientes de instituições federais de crédito, que participaram com 88% do valor total das aprovações. Dentre estas destacam-se o BNDES, CEF, FINAME e BACEN.

Por fim, no ano de 1988, o BNH, principal fonte de recursos do Banco, obteve um valor real das equivalente a 20.715 bilhões de cruzeiros, seguido pela FINAME, que com o

incremento de 48% em relação ao ano anterior, destinou recursos para a aquisição de máquinas e equipamentos. A Terceira maior fonte foi o BNDES, que segundo o Relatório do Banco de 1988, deu maior ênfase ao Programa de Operações Conjuntas - POC, e ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - Procera.

3.4. Comportamento das Contratações

O ano de 1980 - período de início de nossa investigação - representa o segundo maior valor de contratação no período analisado (foram contratados, em termos reais, 1.825 trilhões de cruzeiros).

Durante este ano foram aplicadas significativas parcelas de recursos próprios e de repasses no programa do Governo do Estado, principalmente em infra-estrutura física, eletrificação urbana e rural, financiamento a prefeituras de cidades do interior e construção de conjuntos habitacionais. Do total das contratações, 56,9% foram destinados ao desenvolvimento urbano. O setor mineral industrial absorveu 37,5 dos recursos, canalizando 26,5% para o setor da química e petroquímica.

Em 1981, o percentual destinado ao setor mineral/industrial foi aumentado, principalmente o setor da química e petroquímica que absorveu 31,3% dos recursos aplicados pelo Banco. Desta forma, houve uma diminuição do percentual dos recursos destinados ao setor de desenvolvimento urbano que teve como valor contratado, neste ano, 547.646 bilhões de cruzeiros reais contra 1.039.246 bilhões de cruzeiros reais no ano anterior. Foi dado, também, embora inexpressiva, atenção às microempresas.

O ano de 1982, o primeiro ano de eleição direta para o governo do estado após o Golpe de 1964, foi o ano em que o Banco obteve o maior valor de contratações em termos reais (2.054.598 bilhões). Os setores rural e agroindustrial aumentaram de 2,3 pontos percentuais em 1981 para 4,2 em 1982 e os setores de infra-estrutura e serviços tiveram seus valores reais contratados mais que duplicados. Os recursos de repasses continuaram crescendo (3.745 bilhões de cruzeiros em termos reais), notadamente os recursos provenientes do BNH, que representam 59,77% deste valor.

Em 1983 e 1984 houve uma redução no valor contratado com o setor rural e agroindustrial. Segundo o Relatório do Banco em 1984, 66% das contratações globais foram destinadas ao setor público. Do valor total de contratações no setor de infra-estrutura e serviços (572.370 milhões de cruzeiros

No ano de 1985, o setor rural e agroindustrial obteve um incremento de mais que o dobro dos valores contratados com relação ao ano anterior. O setor mineral e industrial, também, volta a crescer participando com 323.955 bilhões de cruzeiros em termos reais, bem como o setor de serviços, notadamente para infra-estrutura (água e energia). Com relação às micro-empresas houve um acréscimo de 4.122 bilhões de cruzeiros reais.

No ano de 1986, o setor rural e agroindustrial reforçou sua tendência de crescimento, quase que dobrando seu valor com relação a 1985, melhor "performance" se deu na agricultura e pecuária. O setor mineral e industrial, no entanto, obteve um decréscimo em termos de valores reais contratados, com exceção para indústrias de Plásticos que aumentaram quase seis vezes o montante do ano anterior e o setor metal-mecânica que quase duplicou. No setor de desenvolvimento urbano, houve um decréscimo na construção civil/pesada, compensado por um acréscimo no setor de infra-estrutura (água e energia). O programa de assistência às micro-empresas também obteve um acréscimo. Segundo o Relatório de 1986, "a iniciativa privada absorveu 47% do total das contratações".

Em 1987, embora o setor de infra-estrutura e serviço continua representando o maior volume de recursos, neste ano, o apoio ao seguimento microempresarial foi

intensificado, alcançando empresas da Região Metropolitana de Salvador e do interior do Estado.

No ano de 1988, o Banco priorizou os setores agroindustrial, notadamente o seguimento de produtos alimentares, e o setor mineral industrial, principalmente, os seguimentos de mineração e metalurgia e o de química/petroquímica.

4. PROGRAMAS DE GOVERNO E PRIORIDADES OPERACIONAIS DO DESENBANCO

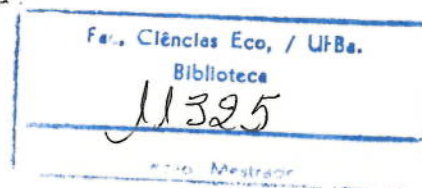
Na tentativa de podermos comparar as prioridades do Governo do Estado da Bahia com as do DESENBANCO, faremos um apanhado geral sobre os principais objetivos e metas para os anos de 1980 a 1988, período estudado, do Governo do Estado da Bahia, através dos programas das diversas administrações.

Com relação às gestões políticas, destacaremos as principais metas de cada um dos quatro governos entre os anos de 1980 a 1988.

O Governador Antônio Carlos Magalhães, em março de 1979 agrupou suas metas e diretrizes até o ano de 1982, citando os programas e projetos mais importantes.

Suas metas centrais foram:

- Implantação de indústrias de base, agricultura de exportação e atividades que compõem as etapas do processo de substituição de importações, desenvolvendo na Bahia atividades com: complexos industriais (como o do cobre e o químico farmacêutico), a construção naval, atividades agrícolas (como as culturas de café e soja), o reflorestamento, e a cultura da cana e da mandioca.



- A tomada e ocupação econômica do Oeste da Bahia - o "Além São Francisco.
- Solucionar os principais problemas de moradia e de transporte na região metropolitana de Salvador.

Além destas, outras metas complementares fazem parte dos objetivos básicos desse governo, são elas: a interiorização do desenvolvimento econômico, abrangendo programas como agroindústria, mineração, eletrificação rural e de estradas vicinais.

Os anos de 1980 a 1982, como já foi visto no item anterior, foram os anos em que o DESENBANCO aplicou o maior volume de recursos em setores priorizados pelo Governo do Estado. Durante estes anos o DESENBANCO atuou tanto participando como agente financeiro, atuando em investimentos públicos na área de infra-estrutura econômica e social, quanto financiando investimentos privados (indústrias química e petroquímica) concomitantemente com outras estratégias para segmentos específicos da economia. Tal "performance" foi permitida graças aos grandes volumes de recursos de ICM, somados aos repasses, principalmente os do BNH, FINAME e BNDES.

No "Programa de Ação Governamental para a Bahia" feito em março de 1983, o Governador João Durval Carneiro expressa seu desejo em inserir a Bahia no rol dos Estados

industrializados, assegurando a manutenção do crescimento do produto interno do Estado, para elevar a sua participação no PIB brasileiro.

As políticas e os programas a serem implantados são:

- quanto ao desenvolvimento industrial: prosseguir a expansão das indústrias motrizes do processo de desenvolvimento da Bahia localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari; dar ênfase à metalurgia do cobre, por gerar novas indústrias como as de fertilizantes e eletromecânicas; ampliação das indústrias de processamento de minerais não ferrosos; ampliação da produção estatal de cimento; e a condução da interiorização da indústria a partir das vocações regionais.

Em relação às agroindustrias sua preocupação consiste em:

- implantar complexos agroindustriais integrados; dar destaque a projetos alcooleiros; implantar grandes e também pequenas unidades de beneficiamento e transformação.

- Buscar a manutenção do ritmo de obras públicas necessárias a alcançar um maior desenvolvimento econômico.

- Dispensar atenção especial ao setor terciário no período de 1983/87. Com relação à esse setor são objetivos deste governo: a consolidação do potencial atrativo da Bahia em termos do turismo às agroindustrias sua preocupação consiste em: implantar complexos agroindustriais integrados; dar

destaque à projetos alcooleiros, implantar grandes e também pequenas unidades de beneficiamento e transformação.

- Busca da manutenção do ritmo de obras públicas necessárias a alcançar um desenvolvimento econômico maior.

- Despensar atenção especial ao setor terciário no período de 1983/87. Com relação à esse setor são objetivos deste governo: a consolidação do potencial atrativo da Bahia em termos do turismo receptivo nacional e internacional; o desenvolvimento das atividades comerciais internacionais no sentido de melhoria da sua capacidade gerencial e da sua diversificação; e ampliação da capacidade exportadora do Estado.

- A atividade comercial conta com um programa de fomento abrangendo as áreas de assistência técnica gerencial, treinamento de recursos humanos, assessoramento mercadológico, assistência creditícia, e a promoção de eventos.

- Desenvolver uma política de apoio à mineração, dando assistência financeira às empresas de mineração através do Fundo de Mineração e do Fundo de Desenvolvimento Mineral.

O mandato do Governador João Durval não conseguiu ter o mesmo alcance que o governo anterior, no que diz respeito ao atingimento das metas via DESENBANCO, devido às dificuldades enfrentadas pelo Banco durante estes anos, principalmente a partir de 1984 quando, além de não dispor de relevante montante de depósitos de ICM tinha que arcar com os

compromissos das fianças concedidas à DESENVALE, no governo anterior em favor de alguns bancos (em 1986 o compromisso com o BNB foi transferido para a União).

A crise financeira do Governo do Estado, causada pela falta de poupança pública, trouxe reflexos negativos para o DESENBANCO, que, principalmente em 1986 com a completa suspensão dos pagamentos provenientes da DESENVALE, passou a financiar a dívida do setor público, destinando parcelas significativas do seu patrimônio líquido.

O Governador Waldir Pires expôs seus planos e diretrizes para os anos de seu governo, em março de 1988, através do "Plano Estratégico de Ação".

Seu Plano começa com uma reforma agrária, na tentativa de mudar a estrutura concentrada da propriedade fundiária na Bahia. Esta proposta não elimina o assalariado rural, mas impulsiona o aumento da oferta de emprego no campo, aumentando assim, o poder de barganha dos trabalhadores rurais.

As diretrizes e metas contidas no plano de Reforma Agrária são: assentamento de 100.000 famílias nos hectares desapropriados; regularização fundiária, mediante a entrega de 200 mil novos títulos; Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural localizados em áreas desapropriadas; Programa

de Apoio ao Movimento Cooperativista; reforço e reestruturação do órgão estadual de terras - INTERBA.

Com relação à agricultura, busca-se recuperá-la através de uma política que promova o desenvolvimento das forças produtivas de modo equilibrado, articulada com os programas de Reforma Agrária e Irrigação, mediante uma ação regionalizada, visando à expansão da oferta de alimentos e a maior diversificação dos cultivos voltados para a industrialização e para o mercado externo.

Suas diretrizes e metas para atender a estes objetivos são: expansão da área cultivada com lavouras em 1,8 milhões de hectares gerando 400 mil novos empregos; expansão da pecuária leiteira e da sua infra-estrutura de comercialização e industrialização; duplicação da produção estadual de pescado; ampliação da área florestal; ampliação em 70% da capacidade de armazenamento do Estado; aumento da oferta de carnes; aumento da assistência técnica rural; e a expansão e melhoria da rede oficial de abastecimento (CEASA e EBAL).

A irrigação é o fator determinante de aumento da produção e da produtividade agrícola. O Programa Estadual de Irrigação estabelece como diretrizes e metas: fazer um inventário dos recursos hídricos do Estado, com base na caracterização de suas principais bacias hidrográficas, dando prioridade ao

consumo humano e animal; implementar o Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos; aproveitamento de água superficiais e subterrâneas do Estado; programas de controle da erosão e de preservação do referido recurso; e elaboração de pesquisa e desenvolvimento tecnológico

O setor mineral é considerado estratégico por se localizarem as jazidas em regiões interiores, e principalmente no Semi-Árido. As diretrizes e metas são: fazer um levantamento geológico em área de 130 mil km²; definir, avaliar e aproveitar os depósitos de ouro, bentonita, calcário, fósforo e outros minerais; implantar 330 km de infraestrutura viária para 13 áreas de mineração; viabilizar projetos de desenvolvimento de tecnologia mineral; apoiar empresas de mineração de pequeno e médio porte.

Com relação à indústria e ao turismo sua preocupação era: considerar a política industrial como um dos eixos de estratégia global de desenvolvimento do Estado; buscar diversificar a base industrial do Estado, aproveitando as vantagens comparativas; estimular a permanência de grande parcela do excedente gerado, condicionando a concessão de benefícios oficiais; rever a política de incentivos governamentais; estimular a expansão da produção de cimento; ampliar a duplicação do Pólo Petroquímico de Camaçari; e recuperar e complementar a infraestrutura do Centro Industrial de Aratu.

Muito embora a nossa análise só alcance um ano do mandato do Governador Waldir Pires, percebemos que existe uma certa relação entre o seu Plano Estratégico e o Comportamento do Banco, que como já foi mencionado no capítulo anterior, a segunda maior parcela de recursos coube ao BNDES, que através do Programa de Crédito para Reforma Agrária, atendia a algumas intenções do Governo do Estado com as ações do Banco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até meados dos anos 70 o sistema de bancos estaduais de desenvolvimento era confortavelmente viável do ponto de vista patrimonial e operacional, muito embora, naquela época o volume de aplicações desses bancos fossem relativamente mais baixos que o atual.

Mas, com a crescente centralização tributária e a conseqüente incapacitação do governo estadual em capitalizar seus bancos de desenvolvimento, começaram a surgir mudanças na atuação desses bancos, que foram obrigados a buscar novas formas de atuação, entre elas a emissão de CDBs e a utilização de fontes externas de recursos. Estes recursos, apesar de cobrirem as suas necessidades, exigiam dos mesmos uma certa dependência da evolução da conjuntura econômica nacional e internacional.

As dificuldades se agravaram com a concentração das suas aplicações em projetos estaduais de infra-estrutura, aliado a uma política excessivamente liberal de empréstimos, concedidos durante os anos eleitorais de 1982 a 1985.

Como conseqüência, o índice de inadimplência tanto pública quanto privada, acarretaram problemas de liquidez e trouxeram prejuízos para vários desses bancos. Tais

dificuldades inviabilizaram a operação de algumas dessas instituições, principalmente, as de pequeno porte.

Com o DESENBANCO, como tivemos a oportunidade de ver, não foi muito diferente, pois o governo do Estado da Bahia, além de ser o seu acionista majoritário, também era o seu principal mutuário.

Entre 1980 e 1986, o DESENBANCO acumulou uma participação excessiva no financiamento de Pedra do Cavalo, que acarretou graves problemas para o Banco, principalmente em 1984 quando a Desenvale passa a atrasar os pagamentos devidos, como consequência à falta de poupança pública que agravava a crise financeira do Estado. No final de 1986, o Governo do Estado suspendeu o pagamento das obrigações junto ao DESENBANCO.

A longa e progressiva inadimplência do setor público, sustentada à taxas inferiores às do mercado, trouxe reflexos negativos ao fluxo de caixa do Banco, reduzindo sua capacidade de auto-capitalização, e conseqüentemente, de promoção de novas operações principalmente ao setor privado.

Para honrar as fianças concedidas pelo Banco à Desenvale em favor, principalmente do BNB, o Banco era obrigado a destinar parcela significativa dos seus recursos próprios, o que provocava uma diminuição da margem de endividamento do

Desenbanco para conseguir novos recursos, aliado ao comprometimento dos seus recursos próprios.

Esta situação levou o DESENBANCO, no período de nossa análise, a afastar-se dos seus objetivos iniciais, passando a ter dificuldades em desempenhar o papel para o qual foi criado. Tal disfunção foi provocada, principalmente, pela contínua postura que o Governo do Estado tomou de utilizar o DESENBANCO como instrumento financiador das dívidas do Estado e concentrando as suas aplicações em projetos de infra-estrutura.

Apesar de sabermos que o Banco tem compromissos com a estratégia de governo, e que portanto ele deve ser um agente financiador das prioridades governamentais em termos de desenvolvimento econômico, percebemos, durante o período analisado, um desvio na sua atuação, no sentido de o Banco ter concentrado suas aplicações em investimentos públicos na área de infra-estrutura, perdendo com isso a oportunidade de financiar um maior número de investimentos privados.

Com exceção para os primeiros anos (1980-1982) quando o Banco tinha à sua disponibilidade um elevado volume de ICM (no ano de 1982 ultrapassou o dobro do patrimônio líquido), que permitia ao DESENBANCO financiar capital de giro das empresas petroquímicas. Este volume de recursos, no entanto, diminuíram drasticamente a partir de 1983, deixando de ser

fator determinante da expansão do Banco, chegando em 1988 a representar apenas 6%.

BIBLIOGRAFIA

- DESENBANCO - Relatórios Anual (vários anos)
- LOPES, Carmo; ROSSETTI. Economia Monetária
5^ª ed., São Paulo, Atlas, 1991.
- MONTOURO FILHO, André Franco. Moeda e Sistema Financeiro no Brasil. São Paulo, IBGE., 1982
- DESENBANCO - Relatório DESENBANCO ANO 10
- DESENBANCO - Relatório DESENBANCO ANO 20
- LIMA, Adelaide Motta. " Um Ponto de Vista Sobre a Atuação do DESENBANCO " In SANTOS FILHO, Milton (Org.). Bahia: Questões Financeiras Atuais ". Salvador, UFBA/FCE/CME, 1989.
- TEIXEIRA, Natermes Guimarães. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. ABDE/CEBRAE/BNDE, Rio de Janeiro, 1979.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Documentos Normativos - Resoluções, Circulares e Cartas Circulares. Vol. 2, 1974-1977

- BAHIA. Governo do Estado. "Programa de Governo" - 1975,
(Governador Roberto Santos)
- BAHIA. Governo do Estado. "Diretrizes e Metas" - 1979,
(Governador Antônio Carlos Magalhães)
- BAHIA. Governo do Estado. " Programa de Ação
Governamental para a Bahia ", 1983 (Governador
João Durval Carneiro)
- BAHIA. Governo do Estado " Plano de Ação Governamental",
1988 (Governador Waldir Pires)
- DESENBANCO. O DESENBANCO no Processo de Desenvolvimento
Estadual. Salvador, 1989.
- SUAREZ, Marcus Alban. Petroquímica e Tecnoburocracia.
São Paulo, Hucitec, 1986.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio.
Incentivos Fiscais - CDI, 1981.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. CDI.
Incentivo - Redução para investimento. Salvador,
1982.

- DESENBANCO. Projeto de Reestruturação do DESENBANCO.
Salvador, 1987.
- DESENBANCO. Um Novo Conceito de Banco de Desenvolvimento.
Salvador, 1991.
- DESENBANCO. Considerações sobre uma Nova Forma de Atuação
dos órgãos de Repasse.
- DESENBANCO. Diagnóstico da Atuação do DESENBANCO através
de suas Linhas de Crédito.
- DESENBANCO. Proposta para Elaboração de Plano Estratégico
do DESENBANCO.
- DESENBANCO. Desempenho Operacional/Síntese Financiamentos
Concedidos: Setor Público. Salvador, 1982.
- DESENBANCO. O DESENBANCO no Desenvolvimento Econômico
da Bahia. Salvador, 1984.

APÊNDICE

QUADRO I

OPERAÇÕES PASSIVAS POR FONTES
SALDO DAS OBRIGAÇÕES
(1980 - 1988)

Em Cr\$ Milhões Reais

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986*	1987	1988
ICM-Incent. Fiscais	970.3	985.8	1,148.7	383.8	64.6	72.4	161.0	88.0	38.3
Repasses	2,547.8	3,059.4	3,801.5	5,181.7	3,261.8	4,784.8	6,167.8	3,504.4	29,151.8
BACEN	57.8	40.7	56.3	41.6	10.5	2.6	1.7	60.6	977.2
BNDDES	645.6	517.6	515.0	530.6	322.8	299.4	296.2	262.7	2,006.9
BNH	1,293.6	1,879.4	2,237.2	3,323.6	2,557.8	0.0	**	**	0.0
CEF	6.8	0.3	0.0	0.0	0.0	3,186.7	4,293.5	2,432.5	20,132.7
FINAHE	506.3	538.0	782.4	831.2	634.1	891.9	1,280.1	622.5	5,138.4
FINEP	7.8	9.1	13.5	28.9	21.3	37.3	36.5	12.3	105.3
EBTU/PROFAU	0.0	0.0	3.5	6.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
BNCC/PROPECA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0	0.5	0.1	0.5
EMP. EXTERNOS	0.0	55.5	179.5	404.8	302.4	426.7	326.3	118.9	732.0
BNB/SUDENE	7.0	2.0	0.4	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
EMBATOR/FUNGETUR	22.9	16.8	13.5	14.7	12.8	13.2	13.6	3.0	30.6
TOTAL	3,518.1	4,045.2	4,950.2	5,485.5	3,926.4	4,837.2	6,328.3	3,592.6	29,184.1

FONTE: DESENBANCO

A partir do ano de 1986 a moeda passou a ser o Cruzado Novo.

NCz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00

QUADRO II

OPERACOES ATIVAS POR FONTES DE RECURSOS
SALDO DE APLICACOES
(1980 - 1988)

Em Cr\$ Milhoes

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986*	1987	1988
Recursos Próprios	613,418.0	807,053.4	1,169,007.0	789,575.7	405,743.0	491,448.5	526,674.0	162,231.9	1,113,450.7
ICM-Incent. Fiscais	424,166.8	425,661.4	413,310.6	91,848.4	20,289.3	12,139.3	20,191.0	4,079.3	21,605.9
Convenios	146.5	87.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundos Financeiros	31,377.0	22,900.5	27,021.9	123,058.8	37,964.2	26,680.9	23,302.0	5,962.1	20,352.9
Repasses	2,839,090.4	3,066,320.4	3,744,639.9	5,116,270.7	3,893,106.0	4,737,175.6	6,238,461.6	3,510,432.1	29,845,635.5
BACEN	58,522.8	39,031.2	59,514.2	49,450.4	12,375.2	3,950.3	1,647.0	71,105.7	951,710.3
BNDDES	819,520.9	564,861.6	466,216.5	513,362.5	306,059.0	292,255.9	305,244.0	241,684.1	1,896,569.6
BRR	1,323,678.0	1,899,127.6	2,236,317.7	3,343,645.9	2,591,850.0	3,128,494.3	**	**	0.0
CEF	11,173.4	427.5	0.0	0.0	0.0	0.0	4,310,164.2	2,458,136.6	20,715,042.0
FINAME	577,718.2	519,871.9	778,913.5	832,373.3	642,102.2	920,826.5	1,274,258.9	656,937.1	5,450,499.7
FINEP	8,389.2	9,579.0	13,354.8	28,484.5	22,393.7	36,831.7	35,306.2	12,002.8	111,176.6
EBSU/PROFAV	0.0	0.0	3,511.6	6,238.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
BND/PROPECSA	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5,153.0	547.6	180.3	622.2
EMP. EXTERNOS	0.0	13,862.4	171,224.8	328,191.4	306,006.8	336,923.2	227,978.9	110,360.1	719,495.9
BND/SUDENE	10,477.3	3,123.2	1,097.7	299.8	41.9	6.2	0.0	0.0	0.0
BND/PRONICRO	1,135.7	183.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ENBRATUR/FUNGETUR	28,482.9	15,432.8	12,469.1	14,223.8	12,276.4	12,834.5	13,334.6	1,192.4	718.6
SUB-TOTAL	3,908,206.7	4,322,052.9	5,354,779.4	6,120,753.6	4,357,102.5	5,267,464.3	6,808,648.6	3,732,705.0	31,001,466.0
Garantias	400,904.2	316,751.0	2,061,359.2	3,494,630.0	2,064,703.5	1,586,333.1	1,450,000.0	766,724.3	0,716,890.6
Partic. Societaria	43,539.5	75,087.5	69,326.1	70,763.4	51,094.9	40,632.4	47,427.5	20,522.1	113,544.1
TOTAL	4,352,650.4	4,713,891.4	7,485,464.7	9,686,147.0	6,472,900.9	6,894,449.8	8,314,876.1	4,519,951.4	39,831,890.7

FUNTE: DESENBANCO

A partir do ano de 1986 a moeda passou a ser o Cruzado Novo.

NCz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00

QUADRO II.1

RESUMO DAS OPERAÇÕES ATIVAS POR FONTES

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Recursos Proprios	613,418.0	807,083.4	1,169,897.0	739,575.7	405,743.0	491,448.5	526,674.0	162,231.5	1,113,450.7
ICM-Incent. Fiscais	424,166.8	425,661.4	413,316.6	91,843.4	20,289.3	12,159.3	20,191.0	4,079.3	21,606.9
Convenios	146.5	87.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundos Financeiros	31,377.0	22,940.5	27,021.9	123,058.8	87,964.2	23,600.9	23,302.0	5,962.1	20,552.9
Repasses	2,839,098.4	3,066,320.4	3,744,639.9	5,116,270.7	3,893,106.0	4,737,175.6	6,238,481.6	3,560,432.1	29,845,855.5
SUB-TOTAL	3,908,206.7	4,322,052.9	5,354,779.4	6,120,753.6	4,357,102.3	5,267,464.3	6,808,648.6	2,732,705.0	31,001,466.0
Garantias	400,904.2	316,751.0	2,061,359.2	3,474,630.0	2,064,703.5	1,586,333.1	1,458,000.0	766,724.3	8,716,880.6
Partic. Societaria	43,539.5	75,087.5	69,326.1	70,763.4	51,094.9	40,652.4	47,427.5	20,522.1	113,544.1
TOTAL	4,352,650.4	4,713,891.4	7,485,464.7	9,686,147.0	6,472,900.9	6,894,449.8	8,314,076.1	4,519,951.4	39,831,890.7

FONTE: DESENBANCO

QUADRO II.1.2

RESUMO DAS TAXAS DAS OPERAÇÕES ATIVAS

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Recursos Proprios	14.1	17.1	15.6	8.2	6.3	7.1	6.3	3.6	2.8
ICM-Incent. Fiscais	9.7	9.0	5.5	0.9	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1
Convenios	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundos Financeiros	0.7	0.5	0.4	1.3	0.6	0.4	0.3	0.1	0.1
Repasses	65.2	65.0	50.0	52.8	50.1	68.7	75.0	78.8	74.9
SUB-TOTAL	89.8	91.7	71.5	63.2	67.3	76.4	81.9	82.6	77.8
Garantias	9.2	6.7	27.5	35.1	31.9	23.0	17.5	17.0	21.9
Partic. Societaria	1.0	1.6	0.9	0.7	0.8	0.5	0.6	0.5	0.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: DESENBANCO

QUADRO II.2

SINTESE DAS OPERAÇÕES ATIVAS

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
REPASSES	2,839,098.4	3,066,320.4	3,744,639.9	5,116,270.7	3,893,106.0	4,737,175.6	6,233,481.6	3,560,432.1	29,845,855.5
OUTROS*	1,513,532.0	1,647,571.0	3,740,824.8	4,569,876.3	2,579,794.9	2,157,274.2	2,075,544.5	959,519.3	9,986,435.2
TOTAL	4,352,630.4	4,713,891.4	7,485,464.7	9,686,147.0	6,472,900.9	6,894,449.8	8,314,676.1	4,519,951.4	39,832,290.7

FONTE: DESENBANCO

QUADRO II.2.1

SINTESE DAS TAXAS DAS OPERAÇÕES ATIVAS

ORIGEM DOS RECURSOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
REPASSES	65.2	65.0	50.0	52.8	60.1	68.7	75.0	78.8	74.9
OUTROS*	34.8	35.0	50.0	47.2	39.9	31.3	25.0	21.2	25.1
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: DESENBANCO